

18 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Caso Fabio Camargo é adiado pela 2ª vez no TJ

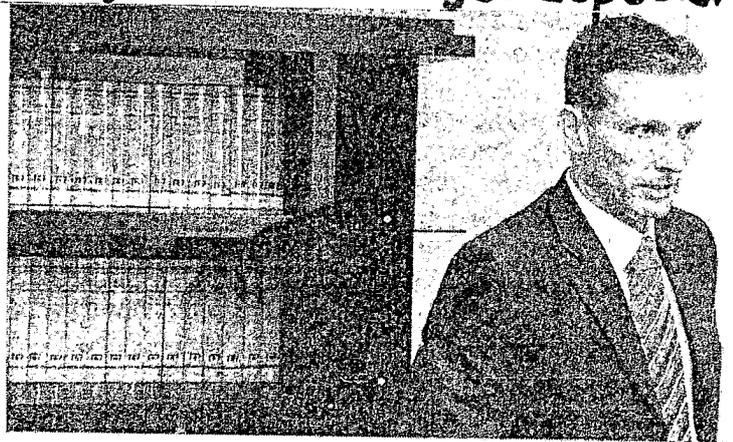
Ex-parlamentar tenta recuperar cadeira de conselheiro do TC; ele já conta com o apoio de pelo menos sete magistrados do Órgão Especial

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Pela segunda sessão consecutiva, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná interrompeu ontem o julgamento do agravo regimental do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC) Fabio Camargo. Ele é filho do desembargador afastado Clayton Camargo, ex-presidente do TJ. O adiamento aconteceu devido a um pedido de vista do desembargador Luís Carlos Xavier, que alegou divergências quanto ao mérito da ação. O caso voltará à pauta do colegiado na próxima segunda-feira. Até o momento, o placar segue em sete votos a favor e dois contra o ex-deputado. O grupo é composto por 25 magistrados.

Camargo tenta retornar ao cargo desde novembro de 2013, quando a relatora Regina Portes julgou procedente o mandado de segurança proposto por um dos candidatos derrotados na eleição ao TC, Max Schrappe. Na peça, ele cita a existência de supostas irregularidades no pleito, como ausência de quórum qualificado no primeiro turno e inconsistência na apresentação da documentação exigida.



Fabio Camargo foi afastado do TC em novembro do ano passado por supostas irregularidades na eleição conduzida pelo Legislativo

O mesmo artifício de pedir vista já tinha sido utilizado no dia 3 de fevereiro por José Augusto Gomes Aniceto, que ontem votou a favor de Camargo. O desembargador disse não existir "interesse processual" ou "legitimidade ativa" por parte do impetrante. "Apesar de ter se candidatado ao cargo, (Schrappe) não logrou êxito em receber qualquer voto dos 54 deputados presentes à sessão."

O magistrado também afirmou ser "inconsistente" a alegação de que a comissão responsável por homologar as candidaturas feriu o princípio da isonomia, ao reunir as certidões ausentes no registro de in-

scrição do ex-parlamentar. "Em razão do cargo que ostentava na época, era razoável que o colega, amigo ou eventualmente até funcionário do seu próprio gabinete se apressasse em juntar os documentos." Assim como fez Aniceto, Xavier terá de expor seus argumentos na próxima sessão do Órgão Especial.

O conselheiro afastado tentou reverter a decisão de Regina Portes no próprio TJ, em dezembro, entretanto, teve seu pedido negado pelo desembargador Ruy Costa Sobrinho. Em entrevista coletiva, ele negou todas as acusações, dizendo que sua eleição foi "a mais democrática e transparente da história" do TC.

18 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça finaliza processos contra Colli

Veredictos devem sair em março; ex-assessor mantém-se calado nas audiências

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A Justiça encerrou ontem dois dos quatro processos movidos contra o ex-assessor da Câmara Municipal de Londrina, Marcos Colli. Os vereditos devem ser divulgados até o mês de março. Nos dois depoimentos, Colli se reservou ao direito de permanecer calado, assim como havia acontecido durante os interrogatórios dos inquiridos policiais. O ex-presidente do Partido Verde (PV) é acusado de estupro de vulnerável e fotografar e filmar crianças e adolescentes em poses sexuais e pornográficas.

As audiências de ontem se prolongaram por toda a tarde na 6ª Vara Criminal de Londrina em virtude do advogado de defesa, Mateus Vergara, ter comunicado a juíza Zilda Romero que estava em viagem e chegaria atrasado. Após aguardar mais de duas horas e sem a presença do defensor, a magistrada convocou dois advogados dativos para acompanharem as audiências. A defesa já havia utilizado esta estratégia em outras audiências do processo.

“Durante todo o processo não havia interesse da defesa na conclusão. Sempre procurou evitar que o processo andasse e a cautela da juíza foi sempre se cercar para que

não houvesse nenhum espaço para nulidade”, apontou a promotora Susana Lacerda.

A promotora ressaltou que já esperava a atitude do réu de se manter calado em “virtude das provas existentes nos autos”. Para o advogado Pedro João Martins, que foi convocado pela juíza, a decisão do acusado em permanecer calado atende um dispositivo constitucional. “Temos que colaborar com o andamento processual. Se estamos inseridos no contexto onde se busca a justiça, uma vez que há algo a ser feito e depende de um advogado, nada mais justo do que se colocar à disposição da própria Justiça para que pudesse ocorrer a audiência”, frisou Martins.

Em cada processo são três vítimas menores de 14 anos. Em uma das audiências de ontem foi ouvida uma das vítimas, que não havia comparecido no interrogatório da semana passada. Segundo o Ministério Público (MP), a adolescente revelou que ficou com medo de acontecer algo a ela e a família, em virtude do réu ser uma pessoa conhecida. Neste caso, de acordo com a denúncia, Colli teria utilizado uma arma de fogo para intimidar e ameaçar as vítimas.

Após as audiências de on-

tem, a defesa tem 24 horas para manifestar se vai requerer mais alguma diligência. O MP já se manifestou satisfeito com todos os depoimentos. Em seguida, o processo vai ser encaminhado para as partes para as últimas alegações e na sequência serão proferidas as sentenças.

“Diante das provas e da robustez de tudo que nós temos, a acusação tem certeza da condenação do réu”, apontou a promotora. Se for condenado, Marcos Colli pode pegar de oito a 15 anos de prisão pelos estupros e de quatro a oito anos de reclusão pelas fotografias.

18 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitura obtém liminar para retomar área invadida

Diego Prazeres

Reportagem Local

Londrina – A Prefeitura de Londrina está autorizada judicialmente a retomar a área ocupada há mais de 40 dias por cerca de 130 famílias no fundo de vale do Córrego Sem Dúvida, que se estende pelos conjuntos Maria Cecília, Aquiles Stenghel e Jardim Primavera, na zona norte. No final da semana passada, o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, concedeu liminar favorável à ação de reintegração de posse movida pela Procuradoria Geral do Município. Os moradores terão 15 dias para cumprir a decisão a partir do momento em que forem notificados.

A Procuradoria-Geral do Município já sabe que o processo de desocupação não será tão simples. Primeiro, porque as famílias já adiantaram que irão resistir ao despejo (veja box). E depois, há minúcias referentes à própria logística da operação que o procurador-geral do Município, Paulo César Gonçalves Valle, pretendia acertar ainda ontem para que os dois oficiais de Justiça designados pelo juiz iniciem o cumprimento do mandado ainda hoje. "Precisamos notificar todas as famílias. Trata-se de uma invasão numerosa, não é um processo tão simples", declarou Valle.

Ele adiantou que caso as famílias não cumpram a determinação judicial no prazo de

15 dias a partir da notificação, o juiz já autorizou a intervenção policial.

A invasão do fundo de vale do Córrego Sem Dúvida é uma da série de ocupações registradas em Londrina do ano passado para cá. Também na zona norte, há barracos montados em uma área entre os conjuntos Semíramis e João Paz, de propriedade da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-Ld), e num terreno particular ao lado do Jardim São Jorge. Outra ocupação irregular se concentra no Jardim Marieta (zona norte), onde os moradores voltaram a montar barracos após a invasão ser desfeita. A Procuradoria-Geral do Município informou que na semana passada a prefeitura também cumpriu mandado de reintegração de posse de uma área invadida há quase cinco anos por seis famílias no Jardim Nova Olinda (zona norte).

Ministério Público

A promotora do Meio Ambiente, Solange Vicentin, retornou das férias semana passada disposta a conter as invasões nas áreas ambientalmente protegidas, como é o caso do fundo de vale na zona norte. "Não foi pedida intervenção do Ministério Público nesse processo porque a Procuradoria oficialmente já tomou a dianteira de fazer a defesa, com relação não apenas à questão da propriedade pública, mas também à questão

ambiental, pois eles têm legitimidade", afirmou. "O fato é que não se pode permitir a invasão em área ambientalmente protegida porque é crime ambiental com pena prevista de um a três anos. E quem facilitar ou não coibir essa prática também responde penalmente por isso", salientou a promotora.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

André Vargas e Joaquim Barbosa

Ontem, para a imprensa londrinense, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal André Vargas (PT), voltou a criticar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Questionado sobre como avaliava um possível impacto eleitoral de seu recente protesto contra Joaquim Barbosa, Vargas respondeu primeiro que "o futuro vai dizer", mas acrescentou: "Acho que vai crescer fortemente porque as pessoas estão assistindo que há uma prepotência muito grande do presidente do Supremo, Joaquim Barbosa. Aquele ato não é só em relação ao (juízo do) Mensalão. É em relação à prepotência do presidente de um Poder que não coaduna com a visão que nós temos da democracia", criticou.

Episódio

No início do mês, ao lado do representante do Judiciário na cerimônia de abertura dos trabalhos do Legislativo, André Vargas ergueu o braço com o punho fechado, num gesto de apoio aos petistas condenados no processo do mensalão. Para Vargas, a mídia defende Joaquim Barbosa. "Ele age contra o PT e preserva os atores da oposição. Se há uma organização das ideias de oposição no Brasil é por conta da grande imprensa, da mídia, principalmente", acredita o parlamentar, que ontem estava em Londrina para participar da cerimônia de entrega do viaduto.

CLAUDIO HUMBERTO

Como o PSB, o PDT ofereceu filiação a Barbosa

Sob holofotes e surfando na popularidade, após condenar mensaleiros à prisão, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, foi sondado para disputar a Presidência da República ou vaga ao Senado pelo PDT do Rio de Janeiro. O PSB também lhe ofereceu filiação. O dono do PDT, Carlos Lupi, envolvido em acusações de corrupção, considera Cristovam Buarque (DF) "plano B" na disputa pelo Planalto.

Olho na urna

Em nota, Joaquim Barbosa reiterou que não é candidato a presidente este ano, e confirmou que deixará o STF bem antes da data-limite.

Data marcada

Barbosa disse a amigos, como esta coluna revelou, que não ficaria "um só dia no STF" após a posse de Ricardo Lewandowski na presidência.

Projeto político

No almoço em homenagem ao presidente francês, que visitava Brasília, Barbosa segredou o desejo de fazer carreira política no Rio de Janeiro.

18 FEV 2014

Oswaldo Militão

Ele quer sair

Mesmo sem completar 70 anos (idade máxima para ficar no STF) o ministro Joaquim Barbosa confirmou a amigos, no fim de semana, em Brasília, que pensa em se aposentar. Em Belo Horizonte, fala-se que ele poderia ser candidato a vice-presidente da República ou mesmo ao governo de Minas Gerais. Parece que ele só quer decidir sobre Roberto Jefferson, o último dos réus do Mensalão e deixar o Supremo Tribunal Federal.

18 FEV 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Nepotismo

Enquanto o CNJ reafirma que nomear parentes é nepotismo, a nossa prática é a de políticos habilitarem filhos, sobrinhos, genros e netos às eleições, prova da nossa imaturidade e vinculação extrema à oligarquia. Alguma vez fomos diversos das clãs nordestinas? Há quem, no entanto, tente distanciamento.

Na rua

Segundo relato de terapeuta que faz assistência social junto ao Ministério Público haveria juízes, médicos, advogados e engenheiros entre moradores de rua em Curitiba. A opção por essa forma de viver é respeitada por educadores que atuam no espaço e uma das regras é ocultar-lhes a identidade.

OPINIÃO DO LEITOR

Troca de comando no STF

Em novembro deste ano, o ministro Joaquim Barbosa completará 70 anos de idade e, por força da lei, terá que se aposentar do STF. Por tradição, assumirá a presidência o ministro Ricardo Lewandowski. Em suma, estaremos num verdadeiro mato sem cachorro, ou melhor, com mais um, porém, infiel.

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

18 FEV 2014

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

230 dos 500 cartórios de concurso são alvo de contestação judicial

Ação judicial ameaça mudança em 230 cartórios

Dos 500 cartórios do Paraná que devem ser preenchidos neste ano por titulares aprovados em concurso público, 230 têm pendências no Judiciário. A maioria das ações é movida por cartórios que deveriam ser removidos para a entrada dos concursados.

Quase metade das serventias do Paraná que serão ocupadas após processo seletivo do TJ tem questionamentos na Justiça sobre a titularidade

Amanda Audi

Quase metade dos 500 cartórios extrajudiciais do Paraná que serão preenchidos por concurso público neste ano têm pendências no Judiciário. De acordo com listagem do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), a ocupação de 230 serventias é alvo de questionamentos judiciais que podem complicar a entrada de novos titulares aprovados no concurso

— cujas inscrições se enceram hoje. O próprio TJ admite a possibilidade de que a vacância de alguns cartórios possa ser revertida, apesar de considerar o quadro “improvável”. Mas pelo menos dois titulares de cartórios, que haviam sido afastados da serventia por não ter feito concurso, conseguiram liminares para permanecer no cargo. Outras seis serventias declaradas vagas estão em situação muito semelhante a essas duas.

A maioria das ações é movida por cartórios que deveriam ser removidos para a entrada dos concursados. A tendência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido a de negar os recursos, referendando o posicionamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que os cartórios extrajudiciais devem ser preenchidos por concurso público. Só no ano passado teriam sido indeferidos mais de 100 recursos deste tipo envolvendo serventias paranaenses, segundo o TJ.

“A pessoa que passar no concurso e escolher o cartório com pendência tem que saber que a situação não está definida e que vai depender da Justiça”, afirma Ângelo Volpi Neto, vice-presidente da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR) e presidente do Colégio Notarial do Paraná

(CNB-PR) — entidades que representam os cartórios. Ele comenta que “ninguém quer largar” cartórios com lucratividade alta.

Algumas das serventias com pendências judiciais estão entre os que mais faturam. O 2.º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, por exemplo, cuja titular conseguiu liminar para permanecer no cargo, está em 5.º lugar no ranking dos cartórios que mais faturam no Paraná, com R\$ 2,6 milhões por semestre.

Imbróglio

Os dois titulares não concursados que conseguiram, por meio de liminar, permanecer nos cartórios que ocupavam têm histórico semelhante ao de titulares de pelo menos outras seis serventias, segundo apurou a *Gazeta do Povo*. Todos esses titulares tinham a titularidade legal de outros cartórios. Mas foram removidos para outras serventias, geralmente maiores ou mais lucrativas, sem passar por concurso — o que é considerado irregular.

CONTINUA

18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por determinação de 2010 do CNJ, eles deveriam retornar às serventias originais. Mas essas serventias acabaram sendo ocupadas por outros titulares que passaram por concurso — o que gerou a situação de um cartório ter dois titulares concursados. O número de casos assim pode ser maior do que os oito apurados pela reportagem porque não há balanço oficial do TJ ou da Anoreg.

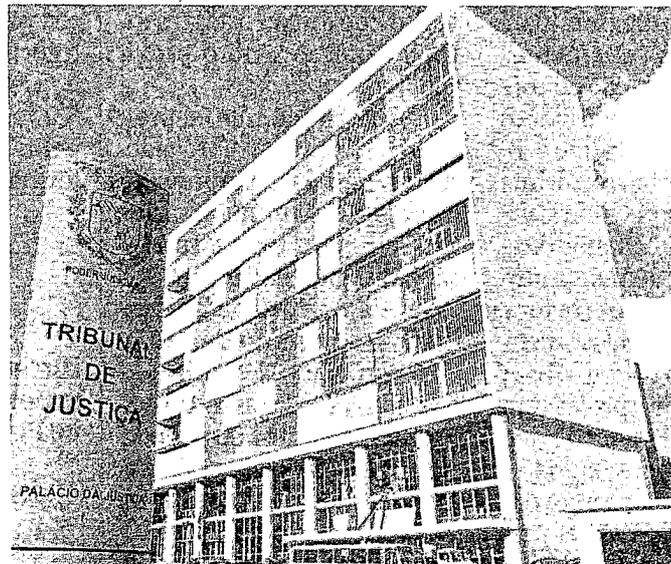
Para acabar com esse tipo de impasse, o CNJ determinou que os primeiros titulares deveriam ficar na serventia onde estavam até que o cartório original ficasse vago — isto é, quando o atual ocupante se aposentasse ou desistisse do cartório. Mas no ano passado o CNJ contrariou o próprio entendimento e incluiu as serventias na lista de cartórios que deveriam ser preenchidos por concurso — o que provocou uma nova guerra judicial. A nova interpretação do CNJ é de que eles foram removidos de maneira irregular e por isso devem arcar com o ônus.

Segundo o TJ, o titular que não tem cartório para onde voltar pode ficar na serventia atual até que não haja mais possibilidade de recurso judicial. Se perder na Justiça, fica sem cartório até vagar a serventia original. §

Caso de Cascavel

O 1.º Registro de Imóveis de Cascavel, que está no edital do concurso, é um desses casos. A atual titular, Mara Salete Wypych, conseguiu liminar para continuar no cargo enquanto a serventia original não fosse desocupada. Ela foi concursada para uma serventia em Capitão Leônidas Marques, cidade com pouco mais de 16 mil habitantes na região de Cascavel. Mas o Ofício de Capitão Leônidas Marques já foi ocupado outra titular concursada.

O processo de Mara está no STF e ainda não houve decisão definitiva. Com isso, ainda vale a liminar que a permite permanecer no cargo em Cascavel.



Sede do TJ, que está promovendo o concurso: maioria dos questionamentos tem sido rejeitada pelo STF, mas aprovados na seleção podem ter de esperar definição judicial para ocupar a vaga.

CONTINUA

18 FEV 2014

CONTINUAÇÃO ENTREVISTA

MÁRIO HELTON JORGE,
desembargador e presidente da
comissão de concurso do TJ-PR.

Houve impugnação do edital do concurso?

Várias pessoas impugnaram [questionaram] o edital. Mas só aqueles que foram removidos [sem concurso] e estão no cargo [declarado vago]. Eles querem continuar onde estão e pediram que se conste no edital que aquela serventia que ocupam está [oficialmente] vaga, mas que só poderá ser ocupada depois que eles puderem retornar à sua serventia de origem [para a qual foram concursados]. Mas essas matérias não são da comissão do concurso. Elas pertencem ao Conselho Nacional de Justiça.

Mas as serventias estão vagas ou não?

As serventias estão vagas. Mas o que ocorreu é que o titular está nela e tinha que voltar para a de origem. Mas a serventia de origem está ocupada [por um concursado] e ele não tem como voltar. Isso faz parte da Resolução nº 80 do CNJ, que anulou todas as remoções. Suponha que você tenha um cartório em Fazenda Rio Grande e que abriu vaga em um de Curitiba. Você concorre à remoção. E aí você ganha a remoção. Só que naquela época, não havia legislação federal sobre as remoções [a Lei dos Cartórios começou a vigorar em 1994]. Então o CNJ anulou todas as remoções desse período e a sua vinda para Curitiba foi anulada. Você vai ter que voltar pra Fazenda Rio Grande. Só que quando você saiu de lá, a serventia foi preenchida por concurso. Não tem como você voltar.

GAZETA DO POVO

Algum pedido veio para o Tribunal de Justiça?

Quem está decidindo essa matéria hoje é o presidente do tribunal. Nós tivemos um mandado de segurança para que fizesse constar no edital que a pessoa continuaria no cargo. O relator do caso deu liminar para que ela pudesse continuar.

Então em vez de 500 cartórios no concurso agora são 499?

Na verdade, o fato de conseguir liminar não impede o concurso. Quando a pessoa aprovada for escolher aquela serventia, vai ver que tem alguém ocupando e deve escolher outra. Quem passar em primeiro lugar evidentemente não vai escolher aquela serventia.

E se a pessoa passar em último lugar no concurso? Tem de pegar aquela serventia como última opção?

Aí é uma opção dele. Pode passar no concurso e não assumir também. (AA)

VACÂNCIAS

Novo processo seletivo deve ser lançado neste ano, diz desembargador

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) prevê que os concursos para cartórios extrajudiciais se tornem mais frequentes. As serventias que entraram no atual processo seletivo são as que foram declaradas vagas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até 30 de junho do ano passado. Depois disso, pelo menos outros 20 cartórios já teriam entrado para a lista de vacância, segundo o desembargador Mário Helton Jorge, presidente da comissão de concurso do TJ. Segundo ele, novas listas com cartórios vagos devem ser publicadas a cada seis meses, o que abriria possibilidade para novos processos seletivos. "A expectativa é que na metade deste ano já se faça novo concurso, com vagas para remoção e promoção – com 5% de reserva para portadores de necessidades especiais", afirma.

Serviço

As inscrições para o concurso do TJ se encerram hoje e ainda podem ser feitas pelo link <http://bit.ly/1gXxzJW>

A lista com os cartórios considerados vagos e as respectivas pendências podem ser acessadas no link <http://bit.ly/1e1Njhc>



18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

**TJ adia decisão
sobre a volta de
Fabio Camargo
» VOLTA AO TC**

**Julgamento
de recurso de
Fabio Camargo
é adiado
de novo**

Katna Baran e Angieli Maros

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) interrompeu ontem o julgamento do recurso do conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TC) Fabio Camargo para voltar ao cargo. É a segunda vez em duas semanas que o agravo regimental de Camargo entra na pauta de julgamentos do TJ, mas a apreciação do recurso é suspensa por um pedido de vista. Desta vez, o pedido — que serve para examinar melhor os argumentos da ação — foi do desembargador Luís Carlos Xavier. O caso deve voltar à pauta do Órgão Especial nas próximas semanas.

No recurso, Camargo pede para retornar ao cargo no TC até que os desembargadores julguem o mérito de outro caso — um mandado de segurança que o tirou do TC em novembro do ano passado. No dia 3 de fevereiro, houve um pedido de vista do caso formulado pelo desembargador José Augusto Gomes Aniceto. Ontem, Aniceto foi o único a votar no julgamento.

Decidiu a favor de Camargo. Com esse voto, o placar está 7 a 2 contra a volta do conselheiro afastado ao TC. O Órgão Especial tem 25 desembargadores.

Eleito

O ex-deputado estadual Fabio Camargo foi eleito para o TC em votação na Assembleia Legislativa em julho de 2013. A escolha dele, porém, foi contestada na Justiça pelo empresário Max Schrappe, um dos concorrentes à cadeira do Tribunal de Contas. Em 27 de novembro, o Tribunal de Justiça do Paraná, em caráter liminar, acatou o mandado de segurança do empresário e afastou Camargo do cargo por entender que a eleição dele não havia obedecido a todos os trâmites legais.

Jonathan Campos/Gazeta do Povo



Fabio Camargo: mais um voto pela sua volta ao TC.

7 A 2

é o placar contra a volta de Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do TC. O Órgão Especial do TJ, responsável por apreciar o caso, tem ao todo 25 desembargadores.

GAZETA DO POVO

GAZETA DO POVO
18 de fevereiro de 2014

Confusão à vista no ônibus

Como se previa, a confusão está armada: o Setransp, o sindicato das empresas do transporte coletivo que prestam serviços em Curitiba e 13 municípios metropolitanos, entrou mesmo no Tribunal de Justiça com mandado de segurança contra a decisão do Tribunal de Contas que determinou a redução de 43 centavos na tarifa técnica. O desembargador Marques Cury, sorteado relator, pode tomar uma decisão a qualquer momento — de preferência antes do próximo dia 26, data-base para o reajuste tarifário anual.

O mais provável é que o Tribunal de Justiça dê ganho de causa às empresas — ou seja, a tarifa vai subir e não baixar. O Setransp argumenta que o TC está legalmente impedido de fazer controle prévio — isto é, não pode decidir sobre algo que ainda não aconteceu, no caso a fixação da nova tarifa, que só será definida entre a prefeitura e as empresas no dia 26. Argumenta também que o Tribunal de Contas não deu oportunidade para a defesa antes de determinar a redução, em detrimento do equilíbrio financeiro das empresas.

A prefeitura também mostra alguma insatisfação em relação ao Tribunal de Contas. Ontem, o prefeito Gustavo Fruet mandou ofício ao TC para que este se pronuncie urgentemente sobre a legalidade da licitação que, em 2010, escolheu os consórcios que operam a Rede Integrada de Transporte (RIT). Uma auditoria feita pela Urbs no ano passado apontou supostas irregularidades. O relatório foi encaminhado ao TC, que até ontem, porém, não se pronunciou sobre ele.

Moral da história: antes de falar em redução de tarifa, o TC teria de julgar a legalidade dos contratos. Se não o fez até agora, a prefeitura, em tese, estaria obrigada a cumprir seus termos e promover o reajuste. Assim como, em tese, se o TJ nada decidir antes do dia 26, a prefeitura terá de cumprir a redução de-

18 FEV 2014

cretada pelo TC. Em último caso, sem saber exatamente como proceder, pode também congelar a tarifa do usuário nos atuais R\$ 2,70 até que se resolva definitivamente o imbróglia jurídico.

E aí entra um novo complicador: motoristas e cobradores aceitarão ficar sem aumento salarial? Ou farão greve?

Suplício 1

Suplício 1

Gleisi Hoffmann, em quem se colocava a culpa por todas as desgraças, deixou a Casa Civil já faz três semanas. E o STF, numa liminar do ministro Marco Aurélio, mandou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) liberar os R\$ 817 milhões do Proinveste para o estado. Essas duas notícias, consideradas ótimas pelo governador Beto Richa, não foram, no entanto, suficientes para amolecer o coração dos técnicos da STN.

Suplício 2

Conforme lamentado levado ao ar ontem pela rádio CBN, o governador informou que "a STN exige agora mais alguns documentos". E repetiu a reclamação: "Não podemos aceitar esse tipo de discriminação com o nosso estado, que tanto contribui com a economia do Brasil".

CONTINUA

18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Placarruim

Ficou para daqui duas semanas nova sessão de julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça sobre a liminar que afastou o ex-deputado Fabio Camargo da cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas. Ontem, o desembargador Augusto Aniceto — que na sessão anterior pedira vista do processo — votou a favor de Camargo. A desembargadora Regina Portes, autora da liminar, rebateu os argumentos de Aniceto, mas novo pedido de vista interrompeu outra vez o julgamento.

O placar da votação até agora não favorece Camargo. A ampla maioria segue o voto da relatora e é possível que — se não houver nova paralisação — já na próxima sessão seu destino esteja selado. E, então, a Assembleia poderá iniciar os procedimentos para eleger um novo conselheiro.

18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

Falta de estrutura desafia Defensoria

Trabalho pelo interior do estado teve início com sedes indefinidas e servidores ainda aguardando nomeação

Antoniele Luciano
e Yuri Al'Hanati

▮ A falta de servidores, sedes, equipamentos e materiais vem marcando o início do trabalho da Defensoria Pública do Paraná pelo interior do estado. Menos da metade das comarcas que receberam defensores após a nomeação dos aprovados em concurso têm espaços para atender a comunidade. São apenas dez unidades, de um total de 21 defensorias, com áreas definidas ou, ao menos, provisórias para as atividades. O restante ainda reveza atendimento entre fóruns e carceragens locais, segundo dados do órgão estadual.

Em São José dos Pinhais, os três defensores enviados para o município dividem uma sala de 13 metros quadrados, cedida pelo Fórum. A limitação de espaço levou a unidade a restringir o atendimento para apenas demandas criminais, relata o defensor Dezidério Machado Lima. A situação, acredita, deve melhorar quando o grupo for alocado para um novo prédio e contar com apoio de servidores, como técnicos e assessores jurídicos. A mudança deve ocorrer até o fim do mês.

No município de Castro, o funcionamento da Defensoria Pública precisou contar com a ajuda de custo dos próprios defensores. Eles compraram uma impressora para começar a trabalhar. “Dado a falta de orçamento inicial, tivemos que arcar com alguma coisa, mas logo suprimos nosso problema material”, comenta o defensor Erick Ferreira. A Defensoria de Castro deve contar nos próximos dias com quatro estagiários cedidos pela prefeitura. Foi o município quem também cedeu espaço para as atividades. Por enquanto, todo o trabalho — jurídico e administrativo —, vem sendo feito pelos dois defensores lotados.

Em Londrina, Norte do estado, também houve dificuldades financeiras no início das atividades. Os quatro defensores enviados para a cidade já arcaram com material administrativo e a limpeza do escritório. O espaço é amplo, mas ainda não conta com equipamentos de informática e rede elétrica adequada. O prédio todo também só possui um ventilador.

Na unidade, são aguardados 52 servidores aprovados em concurso, entre assessores jurídicos, técnicos, psicólogos e assistentes sociais.

Reforço

Mesmo já tendo solicitado formalmente ao governo do Estado a nomeação de servidores, a Defensoria Pública do Paraná diz ainda não ter previsão de quan-

do o quadro funcional estará completo. “A partir do momento em que as nomeações ocorrerem, o trabalho da Defensoria se tornará mais ágil e o número de pessoas atendidas indubitavelmente será ainda maior”, afirma o coordenador de Planejamento do órgão no estado, Saulo Henrique Alessio Cesa.

Segundo Cesa, as tratativas entre a Defensoria e prefeituras dos municípios onde o órgão está se instalando demonstraram variação de receptividade. Embora em alguns locais a Defensoria já esteja com a sede estruturada, em outros ainda se está caminhando para oferecer condições ideais de trabalho. “Evidentemente a estruturação das sedes é um trabalho que enfrenta procedimentos burocráticos”, assinala.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 FEV 2014

PROCURA

Curitibanos enfrentam fila para ter acesso à Defensoria

"Disseram pra eu chegar aqui às 8 horas. Quando eu vi essa fila, quase desanimei e fui embora", queixa-se a auxiliar de processos Juliana Oliveira de Lima, moradora da CIC e uma das últimas na extensão da Defensoria Pública do Paraná na última sexta-feira de janeiro. O dia de acompanhamento processual é dos mais concorridos no órgão. Cerca de 300 pessoas ocupavam uma linha que seguia por dois quarteirões: da porta do prédio novo, na esquina da Cruz Machado com a Alameda Dr. Muricy, até a

esquina da Alameda com a Augusto Stelfeld. Na outra ponta da fila, estava a vendedora Sandra Salete Peres, também para acompanhar um processo de divórcio e pensão alimentícia de anos. Ela entrou com o processo na Rua da Cidadania do Sítio Cercado, que o encaminhou para a Defensoria. Sandra foi uma das poucas atendidas no dia, já que o órgão distribuiu apenas 40 senhas para manhã e recomeçou a distribuir senhas para a tarde a partir das 11h30. Houve queixas de várias pessoas que perderam o dia de trabalho para fazer o acompanhamento processual. Além dos casos de divórcio e pensão, a Defensoria

também atende muitos casos de guarda, execução penal e agressão, além de casos relacionados a Infância e Juventude. "Só na área da Família temos 15 mil processos. Se todos os 15 mil vierem aqui acompanhar, não vamos ter como atender a todos", explica a defensora Natalia Marcôndes. Ela explica que, com o novo sistema da Defensoria, não é mais preciso comparecer ao órgão para acompanhar o processo. "As pessoas vêm aqui porque elas estão acostumadas com essa cultura, mas agora elas só precisam atualizar o telefone e endereço no cartório da Defensoria e nós ligamos a cada novidade no processo".

COMO FUNCIONA

A Defensoria Pública do Estado é um serviço gratuito para atender a demandas jurídicas de pessoas que não podem pagar por assistência advocatícia. Em Curitiba, a Defensoria atende apenas em algumas áreas. Saiba quais são:

Família

- » Pensão
- » Divórcio
- » Pedido de guarda

Cível

- » Interdição
- » Reintegração de posse
- » Despejo
- » Pedido de medicamento gratuito

Criminal (réu preso e não julgado)

- » Pedido de liberdade provisória
- » Habeas corpus
- » Execução Penal (réu preso e julgado)
- » Revisão de pena

Infância e Adolescência

- » Defesa de menor infrator

Encaminhamento

- » Os defensores públicos podem pedir documentos, como holerite e carteira de trabalho, para comprovar informações. Para ser atendido, não é preciso encaminhamento anterior de outros órgãos.

500 CARGOS,

aproximadamente, tiveram a criação autorizada pelo governo do estado no concurso da Defensoria Pública do Paraná, para nível médio e superior. Sem esses servidores de apoio, alguns defensores têm optado por dar andamento somente a ações das varas de Execução Penal e Infância e Juventude, como em Maringá e Foz do Iguaçu. "Tivemos uma busca grande na área de Família, mas esta não é nossa atribuição principal", relata a defensora Adriana Del Contari Maia Cunha, de Maringá.

CONTINUA

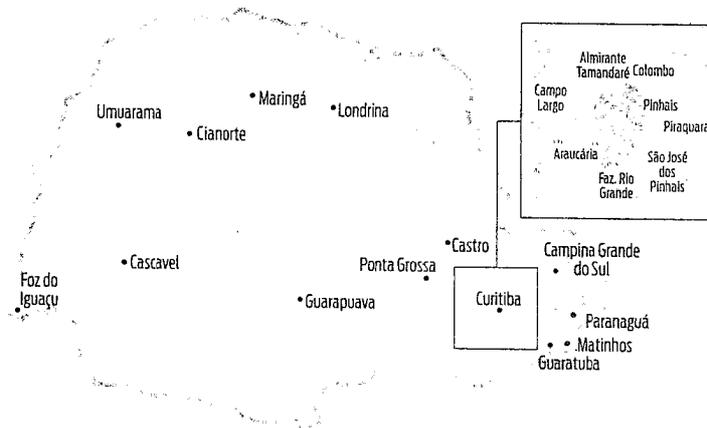
18FEV2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALCANCE DA DEFESA

Com dez profissionais que já atuavam em Curitiba e a nomeação de mais 76 pelo interior do estado, a Defensoria Pública do Paraná tem hoje 86 defensores. Veja como eles estão distribuídos pela capital e em outras 21 cidades:



Curitiba	31
Paranaguá ³	6
Foz do Iguaçu	4
Londrina	4
Piraquara ⁴	4
Guarapuava ²	3	...
Ponta Grossa	3	...
São J. dos Pinhais	3	...
Alm. Tamandaré	2	..
Araucária	2	..
Campina G. do Sul	2	..
Campo Largo ¹	2	..
Cascavel	2	..
Castro	2	..
Cianorte	2	..
Colombo	2	..
Faz. Rio Grande	2	..
Guaratuba	2	..
Maringá	2	..
Matinhos	2	..
Pinhais	2	..
Umuarama ⁵	2	..

- 1 Ainda sem sede, os defensores estão atuando em Curitiba na área administrativa;
2 Um dos defensores está afastado para presidir a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná;
3 Um dos defensores está atuando administrativamente como Chefe de Gabinete. Outros dois estão provisoriamente em Curitiba enquanto busca-se nova sala em Paranaguá. A sede atual não comporta o total de defensores;
4 Um dos defensores está atuando administrativamente como subdefensor público-geral;
5 Ainda sem sede, uma das defensoras está atuando em Londrina e outra defensora encontra-se de licença médica.

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

» TRANSPORTE COLETIVO

Empresas de ônibus entram na Justiça contra a queda da tarifa

Raphael Marchiori

O Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) ingressou ontem com um mandado de segurança na Justiça contra a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) para que a tarifa técnica do transporte coletivo caia R\$ 0,43. O relator do caso é o desembargador Marcos Cury.

Antes do mandado de segurança, o Setransp já havia ingressado com um recurso de agravo no próprio Tribunal de Contas. Segundo o TCE-PR, esse instrumento deve ser começar a ser analisado na quinta-feira. A Urbs, outra parte interessada no assunto, também já havia entrado com um recurso administrativo no tribunal.

A decisão de entrar na Justiça contra a determinação do TCE-PR é mais um passo das empresas de ônibus para tentar derrubar a medida antes do reajuste tarifário. Além da queda dos R\$ 0,43, o tribunal também determinou que nenhum novo item poderá ser incluído da composição tarifária quando da reformulação da planilha de custos que compõe a tarifa. A medida do tribunal vale a partir do próximo reajuste tarifário, previsto para ocorrer no dia 26 de fevereiro.

O prefeito de Curitiba Gustavo Fruet (PDT) cobrou ontem agilidade do TCE-PR no julgamento do relatório de auditoria do transporte coletivo.

**0,43
CENTAVOS**

é a diminuição na tarifa técnica do transporte proposta pelo Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR).

“É fundamental que a decisão do tribunal seja conhecida o mais breve possível. Hoje, temos um contrato em vigor, que é resultado da licitação realizada em 2009. Apesar de termos que cumpri-lo, não se deve temer a rigorosa apuração da legalidade do certame”, disse Fruet em nota publicada no site da prefeitura.

Na nota, a prefeitura cita ter encaminhado ontem ao TCE-PR uma manifestação sobre a decisão que determinou a redução da tarifa, mas não entra em detalhes sobre o conteúdo dessa manifestação.

Repasse

A tarifa técnica é aquela que é repassada às empresas. Hoje, ela está em R\$ 2,9353 — mas o cálculo do tribunal de contas foi realizado sobre R\$ 2,9994. Se a redução de R\$ 0,43 for aplicada sobre a tarifa técnica atual e a determinação do TCE-PR não for derubada na Justiça ou revista pelo próprio tribunal, o preço cobrado aos usuários poderá cair. Isso ocorreria no caso do reajuste de 26 de fevereiro ser inferior a R\$ 0,1947.

18 FEV 2014

GAZETA DO POVO

JULGAMENTO

Quinze PMs começam a ser julgados por massacre no Carandiru

Terminou às 18h25 o primeiro dia de julgamento dos 15 policiais militares acusados de matar oito presos no terceiro andar do Carandiru, em outubro de 1992. O júri será retomado hoje, às 10h30, com o depoimento das testemunhas de defesa. O julgamento de todos os réus do massacre está sendo feito por etapas. Nesta terceira etapa são julgados policiais do COE (Comando de Operações Especiais) acusados pela morte de oito presos no terceiro andar. Em 2013, foram condenados 48 PMs acusados de matar presos do primeiro e do segundo andares. Foram ouvidas ontem duas testemunhas arroladas pelo Ministério Público: o perito Osvaldo Negrini Neto e o então diretor de segurança e disciplina do Carandiru, Moacir dos Santos.

Inscrições para casamento coletivo terminam na sexta-feira

Termina na próxima sexta-feira o prazo de inscrições para o primeiro casamento coletivo de Curitiba de 2014. Realizado pelo sistema Fecomércio/Sesc/Senac, em parceria com o Poder Judiciário e com a prefeitura, o evento ocorre no dia 29 de março, data em que a capital completa 321 anos. Casais que pretendem oficializar a união devem comparecer a um dos 45 Centros de Referência da Assistência Social (Cras) de Curitiba ou na Unidade Sesc Portão. Para efetuar a inscrição é necessário levar a carteira de identidade de cada um dos parceiros, assim como o CPF, comprovante de endereço e certidão de nascimento ou de casamento. Também é exigido documento que comprove renda máxima de até dois salários mínimos.

BRF é condenada a pagar indenização por excesso de jornada

A 14ª Vara do Trabalho de Curitiba condenou a BRF a pagar indenização de R\$ 500 mil por dano moral devido a irregularidades trabalhistas. Segundo a ação proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná em junho de 2013, a empresa exigia que vários de seus empregados excedessem a jornada de trabalho além de duas horas extras diárias. Conforme o MPT-PR, a companhia também não respeitava o direito do trabalhador a descanso semanal de 24 horas, e o intervalo entre duas jornadas não chegava a 11 horas.

19

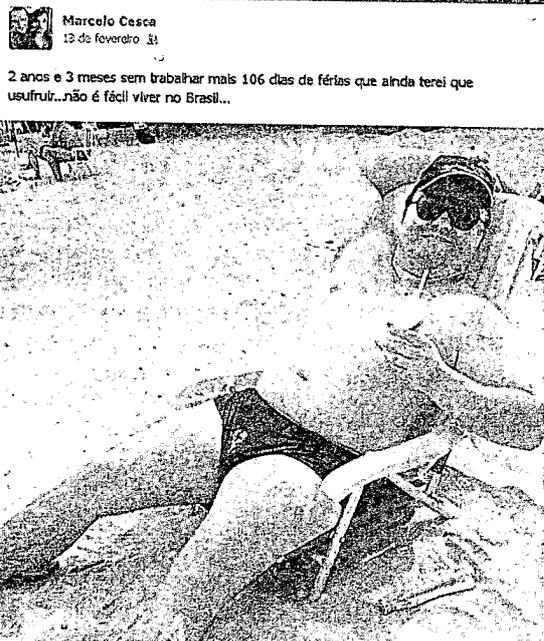
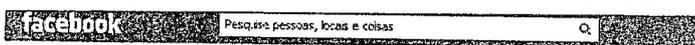
testemunhas de acusação foram arroladas pelo Ministério Público para participar da primeira audiência do caso Amarildo, marcada para quinta-feira. A 35ª Vara Criminal da Capital vai fazer a audiência de instrução e julgamento dos 25 acusados de tortura e desaparecimento do corpo do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, na Favela da Rocinha.

18 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Com fotos na praia, juiz ironiza afastamento

Marcelo Cesca diz ser grato ao CNJ por
'estar há 2 anos e 3 meses' recebendo sem trabalhar



O juiz Marcelo Cesca em foto postada em uma rede social

De uma cadeira de praia, em trajes de banho, o juiz federal Marcelo Cesca provoca: "Eu agradeço ao Conselho Nacional de Justiça por estar há 2 anos e 3 meses recebendo salário integral sem trabalhar". O texto acompanha a foto que o magistrado publicou na tarde da última quinta-feira em suas redes sociais.

A internet é um dos canais que Cesca, 33, escolheu para manifestar sua insatisfação em relação a seu afastamento da 15ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), no Distrito Federal. Ele publicou imagens na Argentina, Foz do Iguaçu (PR) e em praias de Santa Catarina.

Segundo o juiz, um surto psicótico fez com que ele fosse afastado do tribunal em outubro de 2011.

"Recebi a medicação errada em um tratamento e acabei tendo um surto", relata.

Contudo, ele diz que recebeu avaliação psiquiátrica permitindo que ele voltasse ao trabalho em maio do ano passado, o que não ocorreu.

Cesca afirma que enviou um pedido ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para que avaliasse seu pedido de retorno em outubro, mas que, até hoje, a demanda não foi julgada.

"Minha sociabilidade foi afetada, minha autoestima caiu e eu só peço para voltar a trabalhar", diz o juiz.

66 Eu agradeço ao Conselho Nacional de Justiça por estar há 2 anos e 3 meses recebendo salário integral sem trabalhar

MARCELO CESCA
juiz federal, em rede social

Recebi a medicação errada e acabei tendo um surto [...]. Minha sociabilidade foi afetada, minha autoestima caiu e eu só peço para voltar a trabalhar

ontem à Folha, ao justificar declaração publicada na internet

OUTRO LADO

A assessoria do CNJ afirmou, por meio de nota, que "não há, procedimento pendente de análise em que o magistrado Marcelo Antônio Cesca conste como parte".

O CNJ afirma que o afastamento de Cesca é de responsabilidade do TRF-1.

A nota afirma ainda que o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, enviou ofício ao presidente do tribunal para que se manifeste, com urgência, sobre o caso.

A Folha tentou contato com o Tribunal Regional Federal, mas não teve resposta até o fechamento da edição.

18 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

VEM COMIGO

Eduardo Campos (PSB-PE, tem ideia fixa: atrair Joaquim Barbosa, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), para concorrer a algum cargo pela coligação que o apoiará na corrida presidencial. Já pediu a magistrados próximos para sondarem interlocutores do ministro.

ATÉ AGORA, NADA

Uma das últimas prospecções foi feita há algumas semanas por Eliana Calmon, ex-ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e hoje pré-candidata ao Senado pela Bahia. Até agora, as sondagens foram inúteis. Interlocutores de Barbosa dizem que ele não será candidato.

SER OU NÃO SER

O próprio ministro, porém, alimenta expectativas ao deixar no ar que pode sair do STF em abril —a tempo, portanto, de concorrer a algum cargo eletivo.

TRIO ELÉTRICO

Nos sonhos de Campos, o ministro concorreria ao Senado pelo Rio. Na prática, teria visibilidade na campanha presidencial, formando um trio junto com o candidato e com Marina Silva.

18 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

FHC diz acreditar em isenção do Supremo

Ao falar sobre julgamento do mensalão tucano, ex-presidente afirma que réu 'têm que pagar' caso tenha feito algo errado

Em evento na Grande São Paulo, ele também disse que mensalão do PT foi julgado de forma objetiva pelo STF

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) afirmou ontem que "acredita na isenção do STF [Supremo Tribunal Federal]" para julgar o mensalão tucano.

Após palestra para empresários em Santo André, na Grande São Paulo, o ex-presidente disse também que "se o STF acha que [os réus] têm culpa, têm culpa".

O tucano não quis opinar sobre uma possível renúncia do deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O mineiro, que é o principal réu do mensalão tucano, é acusado de peculato e lavagem de dinheiro por ter autorizado desvio de R\$ 3,5 milhões de empresas públicas de Minas Gerais. A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF que ele seja condenado a 22 anos de prisão.

Segundo a Procuradoria, o esquema foi montado em 1998 para desviar recursos públicos e alimentar a campanha de Azeredo à reeleição para o governo do Estado.

Azeredo sempre negou as acusações.

Ontem, FHC também fez alusão às críticas feitas pelo PT ao STF depois do julgamento do mensalão. "Acho que é preciso entender que julgamentos, como o do mensalão, foram feitos objetivamente. Não tem que estar tor-

cendo contra o tribunal e a favor de A, B ou C. Tem que torcer para que ninguém tenha feito nada de errado. Mas se fizeram, têm que pagar".

CARTEL

Questionado sobre as denúncias de cartel no setor de trens em São Paulo —Estado governado pelo PSDB—, FHC disse que não viu até agora ligação do caso com políticos tucanos. "É cartel e corrupção de funcionários [públicos]", disse ele.

Durante a palestra, na qual debateu o desenvolvimento da região do ABC, na Grande São Paulo, o ex-presidente disse que o Brasil precisa de um "sacolejão nacional".

"Estamos chegando em um momento em que é preciso dar uma virada no país."

Segundo FHC, "se olhar pra frente, falta gás, falta visão parar entender qual é o rumo [do Brasil]". "Está faltando uma visão de quais os desafios para os anos que virão". (BRUNO BENEVIDES)

18 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

OAB limita entrevistas de advogados em PE

Segundo presidente da seccional, resolução que institui cota máxima de declarações à imprensa visa evitar superexposição

Estado é o primeiro a adotar restrição; para o Sindicato dos Jornalistas, nova regra é 'absurda'

DANIEL CARVALHO
DO RECIFE

Os advogados de Pernambuco têm a partir de agora uma cota máxima de entrevistas que poderão conceder à imprensa a cada mês, segundo nova regra da seção estadual da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Quem ultrapassar esse limite cometerá uma infração e estará sujeito a penalidades que variam da advertência à exclusão da Ordem.

Pernambuco é o primeiro Estado a adotar a restrição. Segundo o presidente local da Ordem, Pedro Henrique Alves, o objetivo é promover um "rodízio" de advogados na mídia e evitar "as relações menos sadias do advogado com entrevistas".

Alves afirma que as regras foram criadas com base na interpretação de casos concretos em que profissionais foram advertidos por "exagerar em entrevistas".

"Nós não podemos regulamentar a atuação do jornalista, mas podemos, sim, regulamentar a atuação do advogado para que ele evite a contumácia, a superexposição."

Segundo a resolução 08/2013, que entrou em vigor neste mês, o advogado não

poderá conceder mais de uma entrevista por mês a jornais, revistas especializadas e programas de rádio e TV.

Para sites e revistas eletrônicas, porém, os profissionais podem conceder uma entrevista por semana.

Advogados que representam a Ordem ou forem indicados por ela para entrevista não estão sujeitos à restrição.

De acordo com Alves, os critérios para a indicação dos advogados levam em conta o currículo de cada um, mas ele admite que são subjetivos.

Aqueles que estiverem à frente de casos de repercussão também poderão dar mais entrevistas, desde que não faça autopromoção.

Aos profissionais também é vedada a análise de casos concretos nos quais não estejam envolvidos.

Esta nova regra, por exemplo, impediria emissoras de televisão de levarem aos seus estúdios diariamente o mesmo advogado para comentar julgamentos longos, como aconteceu durante o processo do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal).

PROPAGANDA

Além de restrições a entrevistas, a resolução limita as possibilidades de propaganda. Advogados não podem, por exemplo, distribuir brindes como canetas, agendas e calendários com a marca de seus escritórios.

A fiscalização do cumprimento das regras fica a cargo

de uma comissão de cinco representantes escolhidos pela diretoria da Ordem.

Procurada, a OAB nacional informou não poder se pronunciar sobre a resolução pernambucana, pois o tema será debatido em março, em meio às discussões sobre o Código de Ética da Ordem.

Para o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, a regra é "absurda". "A resolução vai na contramão da liberdade de informação. A gente faz um apelo para que a Ordem reveja esse posicionamento", afirma a presidente da entidade, Cláudia Eloi.

18 FEV 2014

FOLHA DE S. PAULO

O tempo e a Comissão da Verdade

FLAVIO BIERRENBACH

A anistia tem sido um meio histórico para a reconciliação: A Marinha, o Exército e a Força Aérea não torturaram. Quem torturou foi a ditadura

“A verdade, se é que existe, dir-se-á que ela consiste na procura da verdade.”

Passei anos atribuindo a frase a Fernando Pessoa. Recentemente, um amigo especialista no poeta, do desencanto assegurou-me de que não é o caso. Portanto, a epígrafe segue entre aspas, porém apócrifa.

Depois de meio século, os acontecimentos político-militares de 1964 continuam dividindo opiniões no Brasil. Aliás, uma das divisões é justamente esta: entre os que dizem revolução e outros —como eu— que insistem em chamar de golpe. Os primeiros afirmando que foi em 31 de março. Os demais marcando o calendário em 1º de abril, data ridícula.

Em países que superaram ditaduras e adotaram ou restabeleceram a democracia, um objetivo essencial das Comissões da Verdade tem sido a reconciliação. Aqui também. Agora, entretanto, que a Comissão Nacional da Verdade teve prorrogação de tempo, algumas opiniões deixam as sombras e a vêm acusando de parcialidade. Sustentam que os comissários não estariam preocupados com o outro lado. Que lado?

Milhares de brasileiros foram objeto de perseguição política e penal. Muitos saíram condenados, outros absolvidos, vários tiveram seus processos trancados por habeas corpus, inúmeros foram julgados com base em confissões e provas brutalmente extorquidas. Houve os que não chegaram lá —resultaram assassinados ou desapareceram.

Em outra escala e diversamente do que ocorreu no Cone Sul, o Estado brasileiro, a partir de 1964, promoveu uma espécie de racionalização jurídica. Utilizou atos institucionais para tipificar na legislação de Segurança Nacional e processar

os opositores que qualificava como “subversivos” ou “terroristas”. Quantos? Dez mil? Vinte mil?

Diferentemente de outros países que deliberaram pela eliminação física de dissidentes, o regime de exceção no Brasil preferiu processá-los na Justiça Militar, que faz parte do Poder Judiciário. Possivelmente, todos os que estiveram daquele lado já passaram pelas barras da lei, basta citar só a lei. Foram julgados.

Caso alguém tenha escapado àquele braço da lei, a Comissão da Verdade poderá contar a história. Imaginar que sobreviventes possam vir a ser estrangidos outra vez, além de uma afronta ao Judiciário, que já os julgou, consiste retrocesso equivalente a anular uma conquista do Iluminismo.

A história do Brasil registra tempos especialmente turbulentos. Além de revoluções e golpes, houve guerras civis, episódios extraordinariamente sangrentos. Alguns de grande altivez, outros escabrosos. Todos devem ser conhecidos.

A anistia tem sido um meio histórico para a reconciliação. Esta exige dois movimentos. Um é olhar para a frente e estender as mãos. Para que dois irmãos que se odiavam consigam estabelecer um projeto de convivência. Outro é olhar para trás e buscar saber o que aconteceu, pois quem não conhece a história pode estar condenado a repeti-la.

Dito isto, cumpre afirmar que a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira são instituições permanentes e regulares. Essas instituições não torturaram ninguém. Quem torturou foi a ditadura. A ditadura e seus sicários, asseclas, financiadores e cúmplices.

À paisana, de farda ou de batina, civis ou militares, pouco importa. Para os militares, aliás, há a agravante de terem enxovalhado os uniformes que vestiam. Agentes da ditadura envolvidos em sevícias e atos degradantes praticados contra seres humanos foram criminosos comuns.

Insinuar que essas instituições sejam culpadas de crimes hediondos e condutas repulsivas é mais do que um equívoco. É atitude política de racionalidade oposta ao princípio da reconciliação.

Iniciei o texto com um verso. Quero terminar com outro poeta português. Salvo melhor juízo, trata-se de Antero de Quental: “Sim, pois é preciso caminhar avante, andar, passar por cima dos soluços”.

FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, 74, é ministro aposentado do Superior Tribunal Militar. Foi procurador do Estado de São Paulo, vereador, deputado estadual e federal (PMDB) por São Paulo

18 FEV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concedida liminar a consultores da Câmara em ação sobre teto

A liminar é contra o corte nos salários dos associados da Aslegis que recebem acima do teto

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar no Mandado de Segurança (MS) 32754, impetrado pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis) contra o corte nos salários de seus associados que recebem acima do teto constitucional.

O relator apontou que a ação é semelhante ao MS 32588, impetrado por um servidor da Câmara dos Deputados contra a mesma decisão. O ministro Marco Aurélio deferiu a liminar neste caso. "Ante a identidade das causas de pedir e dos pedidos veiculados em ambos os processos e presente o mesmo quadro que motivou o implemento da cautela naquela oportunidade, tudo recomenda a manutenção do entendimento", destacou.

Na análise do pedido de liminar no MS 32588, o ministro apontou que a "Câmara dos Deputados, em nenhum momento, intimou os servidores que podem sofrer as consequências do cumprimento da decisão do Tribunal de Contas da União a apresentarem defesa no referido procedimento interno, de modo a estabelecer o contraditório necessário na via administrativa".

De acordo com o relator, a concessão da liminar não impede a instauração de processos administrativos individuais, para ouvir os

servidores alcançados pela decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomendou à Câmara dos Deputados a regularização do pagamento das remunerações dos servidores que estavam ganhando acima do teto constitucional.

STJ: Lei de Acesso à Informação está em fase final

Em fase final de elaboração, a regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve ser submetida, nos próximos dias, ao presidente da Corte, ministro Felix Fischer.

Logo após, o documento vai à apreciação do Conselho de Administração do STJ e, uma vez aprovado, será encaminhado ao CNJ (CNJ) pelo ouvidor, ministro Humberto Martins.

Segundo ele, "hoje temos que viver na era da comunicação e na era da transparência".

18 FEV 2014

BEMPARANÁ

Empresas entram com ação contra liminar do TCE

Tribunal de Contas determinou redução de R\$ 0,43 na tarifa técnica, além de exclusão de itens da planilha de custos

Ana Ehlert

O Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) protocolou, ontem, um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). No processo, o sindicato contesta a liminar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que determinou a redução de R\$ 0,43 da tarifa técnica do transporte coletivo de Curitiba. O relator do caso é o desembargador Marcos Cury.

O Setransp também ingressou com um recurso de agravo no próprio TCE-PR. Segundo o Tribunal, essa contestação deve começar a ser analisada na próxima quinta-feira. A Urbs, outra parte interessada no assunto, também já havia entrado com um recurso administrativo no tribunal.

A tarifa técnica é o valor pago por passageiro transportado às empresas pelo município. O valor de R\$ 0,43 representa uma redução de 14,46% na tarifa técnica de R\$ 2,99. Como o barateamento da tarifa deverá ser aplicado quando houver o reajuste de

2014, se o patamar definido for de R\$ 0,43, a tarifa não será alterada. Caso a correção definida, por exemplo, seja de R\$ 0,53, o aumento da tarifa técnica será de R\$ 0,10.

Além da redução da tarifa, a liminar determina a exclusão de quatro itens da planilha e a readequação de outros dois. A decisão determina a Prefeitura de Curitiba e a Urbs a retirada da taxa de gerenciamento, no valor de 4% e retirar a taxa de custo e da taxa de risco do Hibribus.

As empresas deverão retirar da planilha a cobrança dos impostos exclusivos (Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido) e o custo da depreciação de investimentos em edificações e amortização dos terrenos. De acordo como relatório, vários endereços fornecidos como sede das garagens das empresas são ocupados por outros estabelecimentos comerciais, como agências bancárias e concessionárias de carros.

Entre os itens que devem ser readequados são referentes ao combustível. As empresas devem substituir o preço mé-

dio, fixado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), pelo preço mínimo. Segundo o relator, como as empresas compram o produto em grandes quantidades, conseguindo maior margem de negociação, não há sentido em manter na planilha o valor do custo médio.

As empresas deverão ainda reduzir o porcentual de consumo de diesel para cada um dos lotes licitados. O custo deverá ser de acordo com os percentuais reais apresentados pelas empresas e não pelo parâmetro superior ao praticado pelo edital de licitação.

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz agradece
por receber
sem trabalhar

18 FEV 2014

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, pediu ontem ao presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.^a Região que preste informações com urgência sobre as conclusões de um procedimento aberto contra um juiz federal de Brasília que foi afastado do cargo em novembro de 2011 após, supostamente, ter sofrido um problema psiquiátrico.

Falcão decidiu interpelar o TRF-1 ao saber que o juiz, Marcelo Antonio Cesca, postou no Facebook mensagem na qual fazia galhofa com o fato de ganhar sem trabalhar. O juiz, afastado em um período em que sofria de depressão, agradecia ao CNJ por estar há 2 anos e 3 meses recebendo salário integral, de R\$ 22 mil, sem trabalhar. Com a mensagem ele postou fotografias em que aparece em uma praia em traje de banho.

Em entrevistas, ontem, Cesca afirmou já ter pedido que seu processo fosse julgado. “Não é falta de vontade de trabalhar. O problema é que o CNJ não julga meu caso”, explicou, dizendo que a mensagem no Facebook era uma espécie de protesto.

‘Higidez laboral’. Em nota divulgada no início da noite de ontem, o CNJ disse não haver nenhum procedimento pendente de análise no qual o juiz conste como parte: “O afastamento do magistrado não decorreu de atuação deste Conselho, mas sim de decisão do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF1), em processo que avalia a sua higidez laboral”.

Na nota, Falcão, diante da divulgação do caso na imprensa, informa ainda ter oficiado ao TRF-1, “para que se manifeste com urgência, no prazo de 24 horas, sobre as conclusões Procedimento Administrativo 8.132/2011, que trata do assunto, e indique a data de sua inclusão na pauta de julgamentos”.

18 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Campos tenta se aliar a Barbosa para lançá-lo ao Senado

Provável candidato à Presidência escala ex-corregedora da Justiça Eliana Calmon para aproximar presidente do Supremo do PSB

João Domingos
Felipe Recondo / BRASÍLIA

O PSB do governador Eduardo Campos planeja uma nova ação política de impacto, semelhante à da entrada no partido da ex-ministra Marina Silva e sua Rede Sustentabilidade: a filiação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

Relator do processo do mensalão e responsável por levar à prisão parte da antiga cúpula do PT, Barbosa será convidado a disputar, pelo partido, a vaga de senador pelo Rio de Janeiro. Pela legislação eleitoral, ele pode se filiar ao partido até 5 de abril, seis meses antes da eleição.

De acordo com integrantes do PSB, Eduardo Campos “tem loucura” para saber quais os planos políticos do ministro Barbosa. Sem contato com o presidente do STF, e tomando todos os cuidados para não fazer uma sondagem que pareça assédio político, Campos escalou a ex-corregedora da Justiça Eliana Calmon, também ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para fazer a aproximação. No STF e no STJ é dada como certa a saída do presidente do STF. Mas ele quer, primeiro, concluir o processo do mensalão, pois ainda há recursos a serem julgados. O próprio Barbosa tem confidenciado que acha improvável que a ação termine até o prazo para a desincompatibilização.

O ministro, no entanto, tem dado esperanças ao PSB. Convidado a entrar no partido no dia

19 de novembro pelo presidente da legenda no Rio, deputado Romário Farias, ele não descartou a oferta. No último sábado, por intermédio da assessoria do STF, divulgou nota segundo a qual não será candidato a presidente da República.

Mas não rejeitou outros cargos. Ele afirmou ainda que dificilmente ficará no Supremo até seus 70 anos, idade da aposentadoria compulsória. Ele tem 59 anos. Sabe-se que seus planos de sair têm relação com a posse do novo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, que tomará posse em novembro. A relação entre os dois são ruins.

Diante desse quadro, Eduardo Campos vem insistindo para que Eliana Calmon converse com Barbosa. Ela será candidata do PSB ao Senado pela Bahia.

‘Player’. Eliana Calmon confirmou ao *Estado* que foi escalada por Campos para sondar Barbosa, mas ainda não conseguiu conversar com o presidente do Supremo. Na primeira investida, um assessor próximo do ministro descartou a possibilidade de ele sair candidato, mas a ex-corregedora deve procurar Barbosa para um contato direto após o carnaval.

A amigos, o ministro teria dito que, depois do julgamento do mensalão, considera-se um “player” no processo eleitoral deste ano.

Em dezembro do ano passado o *Estado* ouviu os dirigentes dos 32 partidos filiados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

sobre a possibilidade de oferecerem legenda para Joaquim Barbosa. A metade lhe negou espaço, com as justificativas mais diversas possíveis. O tucano Aécio Neves, que é candidato à Presidência da República, disse que Barbosa cumpre um importante papel no STF. “O ministro cumpre um papel como presidente do STF que honra os brasileiros. Nosso respeito pelo ministro é tão grande que nem sequer aventamos essa hipótese”, afirmou na época o senador e presidente do PSDB.

Outros partidos, como o PPS, que faz parte da aliança de Eduardo Campos, disseram que não dariam a legenda a Barbosa. Da mesma forma agiram o PP, o PMDB e o PTB e PCO. O PEN admitiu ceder legenda ao ministro. / COLABOROU VALMAR HUPSEL FILHO

18 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Governo quer 10 anos de prisão para mascarados

Projeto de lei que será enviado ao Congresso endurece medidas contra black blocs; manifestações poderão ter juizado itinerante

Vera Rosa / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff decidiu endurecer ainda mais com os black blocs. A ideia, agora, é incluir no projeto de lei a ser enviado pelo governo ao Congresso um artigo que prevê pena de até dez anos de prisão a quem reincidir no uso de máscaras para cometer atos de vandalismo em manifestações.

O argumento do governo é de que não vai criminalizar a utilização da máscara, mas a desobediência a um aviso prévio, feito pela polícia. O texto final da proposta ainda não está fechado, mas é certo que o Brasil seguirá legislações existentes em outros países, na tentativa de conter a onda de violência nos protestos. O uso de balas de borracha, por parte de policiais, será permitido.

Uma equipe formada por secretários do Ministério da Justiça estuda o Código Penal de vários países para formatar o projeto de lei. Em média, a penalidade para quem comete atos ilícitos em manifestações, sob o uso de máscaras, é de cinco anos. O governo ainda não bateu o martelo sobre a duração da pena máxima a ser proposta.

No Canadá, por exemplo, o

manifestante mascarado que promove baderna pode ser condenado a até 10 anos de reclusão. Destruir o patrimônio público, ocupar edifícios e promover barricadas na França são crimes puníveis com até 15 anos de cadeia. Nos EUA, 12 Estados responsabilizam criminalmente quem participa de protestos com o rosto encoberto.

Liberdade. Depois de idas e vindas, o governo recorre agora a um jogo de palavras para não ser acusado de cercear a liberdade de expressão. Para evitar polêmica, a mais nova proposta do Ministério da Justiça proíbe o uso de máscara em manifestações, mas exclui dessa norma os “eventos culturais, históricos e religiosos”.

Além disso, a prática somente será tipificada como crime quando o manifestante voltar a participar de atos com o rosto encoberto, sem permitir a iden-

tificação, em menos de três meses. Antes disso, haverá apenas uma advertência.

Juizado. O governo avalia também a possibilidade de adotar juzizados itinerantes, como em estádios de futebol, para resolver conflitos em protestos de rua. A proposta é que todo e qualquer mascarado seja encaminhado à polícia, lá ficando retido até o fim da manifestação.

Nessa primeira abordagem, o manifestante receberia um aviso da autoridade policial. Mas o governo quer que, no caso de reincidência, ele seja punido com reclusão. Em conversas reservadas, auxiliares da presidente Dilma dizem que a coerção é muito importante e tem “efeito educativo” sobre a sociedade.

As penas por dano ao patrimônio público, lesão corporal e homicídios em manifestações serão aumentadas. Na semana passada, um cinegrafista da TV Bandeirantes morreu após ser atingido por um rojão, num protesto do Rio.

O Ministério da Justiça pretende enviar o projeto de lei, em regime de urgência, ainda nesta semana para o Congresso. A proposta deve ser anexada a outras similares que tramitam na Câmara dos Deputados.

Em São Paulo

Um projeto de lei proibindo o uso de máscaras em manifestações pode ser votado nesta semana na Assembleia Legislativa de São Paulo. A proposta é do líder do PTB, Campos Machado.

18 FEV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY A vaquinha vai pro brejo!

Já se elabora no STF o arcabouço jurídico da criminalização da vaquinha no Brasil, antes que a prática de arrecadação financeira adotada por Genoino, Delúbio, Dirceu & Cia vire medida qualitativa de prestígio político no País: quanto maior a captação de recursos em benefício próprio, maior o crédito de respeitabilidade do contemplado pelas doações solidárias.

Imagina se, de repente, Lula e FHC resolvem tirar a limpo qual deles, afinal, tem a maior vaquinha política do Brasil! Se qualquer Delúbio é capaz de atrair R\$ 1 milhão pra sua conta em uma semana, periga os ex-presidentes quebrarem o recorde da Mega Sena acumulada em questão de horas.

Legitimada pelas principais lideranças nacionais, a instituição da vaquinha pode até substituir a convenção do voto nos sufrágios do futuro: o eleitor depositaria na urna um cheque nominal como prova de confiança em seu candidato. Com tanta grana em jogo, cá pra nós, o vencedor jamais precisaria roubar. Tem isso de bom!



18 FEV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

CARANDIRU

Mais 15 PMs vão a Julgamento

Testemunhas de acusação da terceira etapa do julgamento do massacre do Carandiru descreveram cenas de "violência descabida" na Casa de Detenção em outubro de 1992, quando 111 detentos foram mortos após uma rebelião. Ontem começou o júri de 15 policiais militares, acusados de oito mortes e duas tentativas de homicídio. O julgamento deve terminar na sexta-feira.

Outros dois julgamentos relacionados já foram realizados, com condenação de parte dos réus. No primeiro, em 21 abril do ano passado, 23 policiais militares foram condenados pela morte de 13 presos. A pena foi de 156 anos de prisão para cada um, mas eles recorrem em liberdade. Três foram absolvidos. Em 3 de agosto, outros 25 policiais e ex-policiais militares foram responsabilizados por 52 mortes e sentenciados a 624 anos de reclusão. (Das agências)

JORNAL DO ÔNIBUS

Advogado "abandona" político acusado de pedofilia

A 6.^a Vara Criminal de Londrina realizou ontem mais uma audiência sobre o Caso Marcos Colli. O ex-presidente do PV na cidade e ex-assessor da Câmara de Vereadores é acusado de abusar sexualmente de diversas crianças e adolescentes. Colli foi "abandonado" pelo seu defensor na audiência. O advogado Matheus Vergara não acompanha o seu cliente. Ele também não teria justificado a ausência.

Vergara foi substituído por uma advogada dativa. A defensora acompanhou Colli no primeiro processo discutido na audiência. Ela precisou deixar a Vara Criminal para acompanhar outra sessão no Fórum de Londrina. A Justiça precisou providenciar outro advogado dativo para o acusado.

BIOMETRIA
O recadastramento biométrico em Campo Largo começou dia 13 de janeiro e até a última sexta-feira foram atendidos 28.196 eleitores, com média diária de 1.056 atendimentos. Isso equivale a mais de 40% do eleitorado total do município e 50% da meta.